



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

NOTA TÉCNICA Nº 2/2023/AESA/SE

PROCESSO Nº 48300.000468/2023-41

INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/MME

1. **ASSUNTO**

1.1. **Medida Provisória 1.150/2022 – solicitação de Nota Técnica**

2. **REFERÊNCIAS**

- 2.1. Avulso Medida Provisória nº1.150/2022 (SEI nº [0738633](#))
- 2.2. EMP 1 (SEI nº [0738669](#))
- 2.3. EMP 2 (SEI nº [0738670](#))
- 2.4. EMP 3 (SEI nº [0738671](#))
- 2.5. Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011 (SEI nº [0738793](#))

3. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. Por meio do Despacho ASPAR (SEI nº 0738664), a Assessoria Parlamentar deste Ministério de Minas e Energia encaminhou para a Secretaria Executiva Medida Provisória nº1.150/2022, a qual "*Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa*" (SEI nº [0738633](#)), e as emendas apresentadas, com destaque para as EMP 1 (SEI nº [0738669](#)), EMP 2 (SEI nº [0738670](#)) e EMP 3 (SEI nº [0738671](#)) para o exame e a manifestação, com urgência, visando a orientar a atuação dessa Assessoria Parlamentar na defesa dos interesses do MME junto ao Congresso Nacional.

4. **ANÁLISE**

4.1. A Assessoria Parlamentar encaminhou, no dia 30 de março de 2023, o Despacho ASPAR (SEI [0738723](#)) para o exame e a manifestação, com urgência, a Medida Provisória nº1.150/2022, a qual "*Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa*", sobre o texto e as emendas apresentadas, com destaque para as EMP 1, EMP 2 e EMP 3, visando a orientar a atuação daquela Assessoria na defesa dos interesses do MME junto ao Congresso Nacional. Ressaltou que a matéria encontra-se no plenário da Câmara dos Deputados com previsão para ser votada no dia 30 de março de 2023.

4.2. A Emenda Aditiva EMP n.1 (SEI nº [0738669](#)), do Deputado Rodrigo Castro (União/MG) propõe acréscimo ao artigo 2º na Medida Provisória nº 1.150/2022, com as seguintes alterações:

"Art. 14 A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

.....
§2º A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá exclusivamente de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município

possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor.

§4º Na implantação de empreendimentos lineares, tais como Linhas de Transmissão, sistemas de transporte de gás natural e sistemas de abastecimento público de água, localizados na faixa de domínio e servidão de ferrovias, estradas, linhas de transmissão, minerodutos e outros empreendimentos, a supressão de vegetação, prevista no caput, é limitada a faixa de domínio do empreendimento, não cabendo medidas compensatórias de qualquer natureza, à exceção das áreas de preservação permanente, sendo exigida neste caso área equivalente a que foi desmatada, aprovada pelo órgão licenciador competente.

§5º Não se aplica às atividades de implantação e ampliação de empreendimentos lineares, a realização de estudo prévio de impacto ambiental – EIA para a emissão da licença de supressão de vegetação.

§6º Para os empreendimentos lineares, não se faz necessário a captura, coleta e transporte de animais silvestres, garantida a realização do afugentamento dos animais.”(NR)

“Art. 17 O corte ou supressão de vegetação no estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 desta Lei, em áreas localizadas na mesma região metropolitana ou região municipal limítrofe.”

4.3. A justificação apresentada considera que *"as alterações propostas na Lei n. 11.428/2006 (Lei do Bioma Mata Atlântica) visam acelerar investimentos na área de infraestrutura para equipamentos fundamentais, como rodovias, linhas de transmissão e gasodutos. O progresso e o desenvolvimento devem nortear as políticas públicas, ancoradas em legislação que, igualmente, promova o respeito ao meio ambiente e atenda aos interesses coletivos, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população".*

4.4. A proposta legislativa visa dar uma maior agilidade ao procedimento de autorização de supressão de vegetação, sem descuidar da preservação do bioma mata atlântica. A alteração proposta se justifica pelo amadurecimento dos órgãos ambientais estaduais ao longo dos últimos 17 (dezessete) anos da edição da Lei n. 11.428/06. Por sua vez, não há hierarquia entre os entes federados, possuindo poderes e capacidade administrativa para exercer suas plenamente suas funções. Nessa linha de entendimento, a Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011 (SEI nº [0738793](#)), estabeleceu as regras de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quanto às ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum de proteger as paisagens naturais, o meio ambiente, combater a poluição e outras formas de preservação de nossa fauna e flora. A referida lei complementar estabeleceu um critério único, em que o órgão licenciador é também o competente para autorizar a supressão de vegetação. Com efeito, a alteração da Lei n. 11.428/06 fortalece as decisões dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, de cumprir com as determinações constitucionais, estabelecidas na Lei Complementar nº 140/2011, entre elas a de que o empreendimento deverá ser licenciado por único ente da federação, a ampliação das decisões do poder local sem prejuízo à proteção ambiental.

4.5. Consideradas como equipamentos do sistema energético, as Linhas de Transmissão, são sistemas lineares aéreos constituídos por linhas de condutores destinados a transportar a energia elétrica desde a geração até a distribuição, enquanto os gasodutos e minerodutos são sistemas de transporte de combustíveis e minérios, respectivamente, via tubulações terrestres. Por sua extensão territorial, esses empreendimentos muitas vezes atravessam diferentes tipos de habitat biótico e socioeconômico, avaliados no processo de licenciamento ambiental. A Portaria MMA nº 421, de 26 de outubro de 2011, dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal desses sistemas energéticos. Essa portaria já prevê que o licenciamento no âmbito federal, a exemplo do sistema de transmissão de energia elétrica poderá ocorrer pelo procedimento simplificado (pequeno potencial de impacto ambiental) com base no Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Ocorre que tal entendimento ainda não é aplicado por todos os estados da federação, o que pode caracterizar o comprometimento dos cronogramas de implantação e operação desses empreendimentos. Assim, o §5º tão somente vem

uniformizar um entendimento já adotado no IBAMA, bem como trazer maior segurança jurídica aos empreendedores.

4.5.1. A Emenda Aditiva EMP n.2 (SEI nº [0738670](#)), do Deputado Léo Prates PL/BA) propõe acréscimo ao artigo 2º na Medida Provisória nº 1.150/2022, com as seguintes alterações:

"Art. 79-A. As unidades de conservação, exceto área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos, exceto quanto situadas em áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal." (NR).

4.5.1.1. A justificativa apresentada considera que *"não se justifica que nas áreas urbanas do nosso país, onde existe um déficit habitacional gigantesco e escassas áreas para ser regularmente ocupadas com moradias e demais equipamentos que se venha a criar uma zona de amortecimento para todo tipo de UC. A previsão de área de amortização se justifica fora das áreas urbanas, posto que não são habitadas e o custo das indenizações aos particulares não são, na maioria dos casos, elevada."* A proposta vem ao encontro de solução para a complexidade e morosidade do processo de licenciamento ambiental quando situados em zonas de amortecimento de UCs em áreas urbanas que pode contribuir para o incremento dos custos de investimentos planejados para compensação e implantação dos empreendimentos ou até mesmo de favorecer a sua inviabilização.

4.5.2. A Emenda Aditiva EMP n.3 (SEI nº [0738671](#)), do Deputado João Carlos Bacelar (PDT/BA) propõe acréscimo ao artigo 2º na Medida Provisória nº 1.150/2022, com as seguintes alterações:

"Art. 70-A. Em áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, o uso e a ocupação do solo, inclusive nas faixas marginais ao longo, dos rios ou de qualquer corpo hídrico e curso d'água, serão disciplinados exclusivamente pelas diretrizes contidas nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo dos Municípios, observado as disposições da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, desde que mantenham Comissão do Meio Ambiente com caráter deliberativo." (NR)

4.6. A justificativa apresentada considera *"Nas áreas urbanas a definição do uso e da ocupação do solo é competência exclusiva dos municípios, através de leis emanadas pelas respectivas câmaras de vereadores, observado o que dispõe a lei federal de parcelamento do solo (Lei nº 6.766/79) e a legislação ambiental."* Neste contexto é entendido que são os municípios, devido ao conhecimento de suas respectivas peculiaridades, que devem definir as áreas que devem ser ocupadas e/ou preservadas.

5. CONCLUSÃO

5.1. Tendo em vista as considerações relatadas acima, esta Assessoria Especial considera relevantes as Emendas Aditivas 1 e 2, visto que otimizará a implantação da infraestrutura energética e mineral no país, sem desconsiderar a proteção de biomas e unidades de conservação. Considerando que as emendas apresentadas estão alinhadas às políticas públicas do MME, recomendamos a ASPAR apoiar as referidas proposições classificadas como **A1**.

5.2. No que se refere a Emenda Aditiva 3 esta Assessoria Especial mantém o posicionamento neutro.

5.3. À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ceicilene Aragão Martins, Chefe da Assessoria Especial de Meio Ambiente**, em 30/03/2023, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa Ribeiro, Analista de Infraestrutura**, em 30/03/2023, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita Alves Silva, Chefe da Assessoria Especial de Meio Ambiente Substituto(a)**, em 30/03/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0738723** e o código CRC **00C2B8CA**.

Referência: Processo nº 48300.000468/2023-41

SEI nº 0738723

Criado por [bruno.cardoso](#), versão 23 por [ceicilene.martins](#) em 30/03/2023 10:05:08.